



FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE INICIAL E CONTINUADA E A TRANSVERSALIDADE COM CLASSE e GÊNERO:

Elementos para o debate

DÉBORA DE PAULA BOLZAN¹

RESUMO: Este trabalho analisa a relação transversal entre educação profissional na modalidade inicial e continuada, classe e gênero, tomando como ponto de partida o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O objetivo principal centrou-se em apreender aspectos das desigualdades, sobretudo as de gênero, imbricadas nesse Plano e nesse Programa e, nesse sentido, contribuir com os debates e reflexões sobre as diversas formas de concretização que a divisão sexual do trabalho adquire nessa política educacional e no mundo do trabalho. Os resultados indicam que há a perpetuação de um padrão de qualificação profissional voltado para determinados segmentos de trabalhadores/as e que essa modalidade de educação profissional ratifica a divisão sexual do trabalho, sendo lócus de explícitas marcas de desigualdade que se materializam nessa política pública e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Plano Nacional de Qualificação (PNQ); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); educação profissional na modalidade inicial e continuada; divisão sexual do trabalho; mundo do trabalho.

ABSTRACT: This work analyzes the transversal relationship between professional education in the initial and continuing modality, class and gender, taking as its starting point the National Qualification Plan (PNQ) and the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec). The main objective was focused on apprehending aspects of inequalities, especially gender, intertwined in this Plan and in this Program and, in this sense, contributing to debates and reflections on the various forms of implementation that the sexual division of labor acquires in this educational policy and in the world of work. The results indicate that there is a perpetuation of a standard of professional qualification aimed at certain segments of workers and that this modality of professional education ratifies the sexual division of labor, being the locus of explicit marks of inequality that materialize in this public policy and in the world of work.

Keywords: National Qualification Plan (PNQ); National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec);

¹ Professora do Magistério Superior no Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), doutoranda no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: debora.bolzan@uft.edu.br



professional education in the initial and continuing modality; sexual division of labor; world of work.

1 INTRODUÇÃO

Durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), 2003-2006 e 2007-2010, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) implementou educação profissional na modalidade inicial e continuada para trabalhadores/as no território nacional. No período seguinte, o governo de Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) implementou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para a oferta de educação profissional. Esse trabalho analisa a relação transversal dessa modalidade educacional com classe e gênero, abordando dados sobre os/as cursistas dessa política que é considerada, ao mesmo tempo, de educação profissional e uma política ativa de trabalho, emprego e renda. O objetivo principal centrou-se em apreender as desigualdades imbricadas nessa modalidade educacional, aqui representada pelo PNQ e pelo Pronatec, sobretudo nos aspectos que se relacionam com gênero, e, nesse sentido, contribuir com os debates e reflexões sobre as diversas formas de concretização que a divisão sexual do trabalho adquire na contemporaneidade, sendo a formação profissional inicial e continuada uma política pública umbilicalmente demarcada por questões de classe, gênero e raça que ganham contornos no mundo do trabalho.

O estudo do PNQ e do Pronatecⁱ faz parte das pesquisas desenvolvidas no GEPOSS/UFTⁱⁱ e a análise aqui empreendida compõe parte dos elementos da tese de doutoramentoⁱⁱⁱ em construção. Os resultados e discussões apresentadas partiram de uma abordagem qualitativa, baseada em um processo de revisão bibliográfica, utilizando fontes bibliográficas diversas, tais como livros, teses, revistas, dissertações e bancos de dados secundários (IPEA; DIEESE, principalmente). Também englobou pesquisa documental, analisando documentos oficiais, Resoluções do Codefat^{iv} sobre o PNQ e Portarias do MEC sobre o Pronatec. O uso de tais procedimentos teve o intuito de adensar o debate sobre classe e gênero; bem como almejou trazer contribuições à política educacional e ao mundo do trabalho.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





O PNQ – e também seu antecessor, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) – bem como a organização das chamadas políticas de qualificação profissional, de emprego e renda tornaram-se possíveis através da estabilidade do financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador^v (FAT) e dos marcos jurídicos, sendo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) as principais bases jurídicas formais para a estruturação de Planos e Programas de qualificação profissional e, de forma mais ampla, para a organização do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda^{vi} (SPETR) em âmbito nacional.

O PNQ é formalmente localizado dentro da estrutura do SPETR, tendo suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Trabalho (MTE) e pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) e o financiamento advindo do FAT. Nessa organização, o PNQ é parte do Programa Seguro-Desemprego, que é o responsável por prover qualificação profissional, intermediação de força de trabalho e assistência financeira temporária ao trabalhador formal desempregado em virtude de dispensa sem justa causa.

Com uma forma organizacional distinta, o Pronatec (BRASIL, 2011) foi fundamentado como vinculado ao Ministério da Educação e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), portanto, não foi formalmente situado como parte da estrutura do SPETR e organizativa do MTE. **Os dados que apresentamos nesse trabalho referem-se ao Pronatec Bolsa-Formação Trabalhador**, responsável por financiar a oferta de formação inicial e continuada voltada para trabalhadores em geral.

Embora com organizações diferentes, gestão em Ministérios diferentes, ambos, PNQ e Pronatec, ofertam educação profissional no nível básico, isto é, qualificação social e profissional (QSP para o PNQ) e/ou formação inicial e continuada (FIC para o Pronatec), considerada pela LDB^{vii} política de educação profissional “não formal” e pelo MTE como política de emprego, trabalho e renda. Os cursos são de curta duração, sendo em média 200 horas nos cursos PNQ (BRASIL, 2007) e 160 horas nos cursos Pronatec, ofertados por diversas instituições como



Sistema S, Institutos Federais/estaduais/municipais, Universidades, Organizações Não Governamentais, centrais sindicais, entre outras.

A concepção de qualificação que tomamos para esse estudo compreende um processo de construção social, material, ideológico, político e cultural, ou seja, trata-se de “uma aquisição socialmente construída, que não se reduz à simples medição de escolaridade ou de tempo de treinamento” (LEITE; POSTHUMA, 1996, p. 64). Por ser uma construção sociocultural, essa concepção considera como parte dos debates e desafios sobre qualificação múltiplos aspectos, tais como as relações entre qualificação e discriminação social; os limites ao acesso à qualificação; aspectos comportamentais (valores e normas de comportamento); divisão social e sexual do trabalho, entre outros.

Feitas essas considerações iniciais, o próximo item irá abordar aspectos mais específicos da qualificação profissional ofertada pelo PNQ.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE INICIAL E CONTINUADA: PARA QUEM SE DIRIGE ESSA MODALIDADE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL?

A população prioritária do PNQ compreende trabalhadores/as sem ocupação; trabalhadores/as em geral; beneficiários/as das políticas públicas de trabalho e renda, particularmente do seguro desemprego; “pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação”, entre outros segmentos especificados na Resolução Codefat nº 333/2003, Art. 8º. Partindo das condições sócio-históricas desse público-alvo, as diretrizes do PNQ inseriram pela primeira vez na composição histórica dessa política a perspectiva de políticas afirmativas, uma concepção de raça e de gênero nos documentos oficiais e também no SPETR.

A inserção racial/étnica nas diretrizes delimitou, dentro do público alvo, a preferência de acesso à QSP para “afrodescendentes, índiodescendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência, pessoas com mais de quarenta anos e outras” (Resolução Codefat 333/2003). Lessa (2011, p. 298) afirma que “os autodeclarados negros e pardos representaram uma média de 50% dos usuários do



Plano, em nível nacional, denotando que não há uma absorção especial ou prioritária desse público em relação aos demais”.

A flexão de gênero (homens/mulheres; trabalhadores/trabalhadoras; os/as educandos/as) foi inserida formalmente nas diretrizes do PNQ, buscando, de forma “inovadora”, de acordo com o então Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2003, p. 30), o reconhecimento da “diversidade cultural, étnica, social, regional, de gênero” que perpassa essa política e os sujeitos nela inseridos. Assim, o Plano reforça, em diversos trechos, a necessidade de que a qualificação se atente para as desigualdades de segmentos específicos da População Economicamente Ativa (PEA). Trata-se do reconhecimento formal de desigualdades sócio-históricas que se materializam no mundo do trabalho, propondo que a política de qualificação profissional pode colaborar para amenizar tais desigualdades.

Os dados sobre o público alvo do PNQ expõem como essas desigualdades de materializam no mundo do trabalho. Em 2007, o PNQ foi composto por 65% de jovens com idade entre 15 e 29 anos; mulheres (61%), pardos e negros (41%, de acordo com a autodeclaração) (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010).

Os dados de 2009 do Anuário do SPETR afirmam que o PNQ atinge um público com escolaridade média, pois 43,3% dos cursistas do PNQ em 2008 apresentaram o ensino médio completo e 18,8% estavam cursando essa modalidade. Os cursistas com a escolaridade “1ª a 4ª série incompleta” e com a “1ª a 4ª série completa” representaram 3,3% e 5,6% dos/as inscritos/as nos cursos de 2008 (DIEESE, 2008), indicando que os trabalhadores com as menores escolaridades são os que menos cursam a QSP e que essa modalidade educacional atinge, sobretudo, uma população com escolaridade média.

Grande parte dos cursos do PNQ não exige escolaridade: 67,7% dos cursos ofertados em 2007 não exigia nenhuma escolaridade. Somente 13,6% dos cursos demandavam “até a 4ª série incompleta” e 1,7% dos cursos requeriam ensino médio completo, no entanto, as pessoas com baixa escolaridade são pouco atraídas por esses cursos (DIEESE, 2008).

Analisando dados do SIGAE^{viii} de 2007 sobre os 1.731 cursos realizados pelos 123.609 educandos do PNQ nesse ano, Marinho, Balestro e Walter (2010)



afirmam que a concentração de 65% dos cursistas se deu nos arcos ocupacionais: telemática; alimentação; administração; vestuário; construção e reparos; atividades do comércio e serviços; turismo e hospitalidade; serviços pessoais e pesca, agricultura e pecuária (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010).

A análise da renda familiar dos cursistas do PNQ em 2007 revelou que 40,5% tinham renda familiar localizada na faixa de “Mais de 1 a 2 salários mínimos” (DIEESE, 2008, p. 73). A significativa porcentagem de 24% de cursistas não declarou a renda familiar. A faixa de “mais de 2 a 3 salários mínimos” concentrou 11,5% dos cursistas e a faixa com “mais de 0,5% a 1 salário mínimo” concentrou 9,7% dos cursistas (DIEESE, 2008, p. 73). Diante de tais dados, torna-se nítido que a QSP atrai um público alvo bastante delimitado: são trabalhadores/as que auferem baixos rendimentos, sobretudo mulheres, jovens e negros/as e/ou pardos/as e com escolaridade média. Esse público é em sua maioria composto por pessoas em situação de desemprego ou com inserção precária no mercado de trabalho ou à procura de uma ocupação, uma vez que 71% dos concluintes de cursos PNQ em 2005 não possuíam uma ocupação no momento em que faziam o curso (DIEESE, 2008).

Como constata Marinho, Balestro e Walter (2010, p. 54) o egresso participa dos cursos “com expectativa de conseguir uma colocação e melhorar suas condições de trabalho. Entretanto, quase a metade se frustra em relação a essas expectativas, tendo considerado que nada mudou após o curso. Esse sentimento é mais incidente entre as mulheres e os egressos da região Nordeste” (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010, p. 54).

Mesmo diante dessa realidade concreta, que expõe parte das desigualdades socioeconômicas, de inserção e de permanência no mercado de trabalho, a política de qualificação inicial e continuada segue operante, sendo reformada de tempos em tempos, com novos Planos ou Programas. Nesse aspecto, é importante destacar que essa política oculta um importante caráter moral sobre os pobres, isto é, ela possui a importante função de “ativar”^{ix} os pobres para o mercado de trabalho (PEREIRA, 2015), mantendo-os minimamente qualificados e disponíveis para o mundo do trabalho, para as escassas vagas de emprego dos tempos atuais.



Além dessa transversalidade entre classe, gênero e raça inerente e desse aspecto moral intrinsecamente instituído na educação profissional inicial e continuada, há ainda aspectos subjetivos e ideológicos, centralizando na qualificação profissional a argumentação de que “vagas existem, faltam profissionais qualificados para ocupá-las” e que “qualificação nunca é demais”. Nesse ponto, é possível vermos que a promessa da QSP como possibilidade de colocação no mercado encontra eco concreto na vida dos cursistas, particularmente nos mais jovens e nas mulheres, como constata as pesquisas de Marinho, Balestro e Walter(2010) e de Musse e Machado (2013), motivando as buscas pela política, depositando sonhos e esperança de uma colocação ou de uma melhor inserção no mercado de trabalho. Essa relação intrínseca entre qualificação profissional e classe junta-se aos aspectos que se entrecruzam com gênero e ganham materialidade específica nessa política, o que será analisado abaixo.

3 COMO AS DESIGUALDADES DE GÊNERO PODEM SE MANIFESTAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE INICIAL E CONTINUADA?

Salta aos olhos que para os indicadores de idade, gênero e raça há a permanência de desigualdades estruturantes que se perpetuam nessa política. Por exemplo, quando se analisam os anos de escolaridade das mulheres (63% delas possuíam o ensino médio completo entre os cursistas de 2007), percebe-se que, embora elas sejam maioria em todos os anos de escolaridade – com exceção do conjunto denominado “analfabetos”, em que 56,4% dos educandos do PNQ em 2007 eram homens (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010, p. 246) – e, apesar de elas representarem a maioria de frequentadores dos cursos do PNQ (61% eram mulheres em 2007), a inserção e a permanência delas no mercado de trabalho em 2007 revelam outra realidade: “entre os que se reempregaram, quase 2/3 dos registros pertenciam a trabalhadores do sexo masculino. Entre os que permaneceram também, a maioria era do sexo masculino e apenas entre os que conquistaram o primeiro emprego, a maioria era mulheres” (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2010, p. 279).



Além de os perfis dos cursos “indicarem uma “feminização” das aprendizagens, o gênero feminino tem sido público prioritário de muitas políticas contemporâneas de recorte social” (LESSA, 2011, p. 298). Segundo a autora, é recorrente que se encontre como justificativa a “capacidade feminina de multiplicar a informação, bem como por seu papel central nas famílias”. Nesse ponto, a autora critica a perpetuação das marcas de gênero dentro da qualificação profissional inicial e continuada e de outras políticas, como assistência social, que não somente reproduzem como naturalizam estereótipos e construções sociais desiguais entre gêneros (LESSA, 2011).

Quando os dados sobre QSP e gênero são analisados por área do curso, é possível verificar que a qualificação profissional em “saúde e bem estar social” concentra 76,4% das mulheres e 23,5% de homens; a “construção civil” registrou 6,4% das mulheres e 93,5% dos homens que frequentavam cursos nessa área em 2007 (MUSSE; MACHADO, 2013, p. 250). Como exemplo de outras áreas, “estética e imagem pessoal” concentrou 91,3% de mulheres e 8,6% de homens e “indústria e manutenção” registrou 16,4% de mulheres e 83,6% de homens, representando considerável diferença segundo na “escolha” de cursos (id., ib.).

Essas informações indicam a permanência histórica de uma divisão sexual do trabalho que se manifesta na educação profissional inicial e continuada, influenciando o tipo de curso procurado, bem como na valorização das carreiras e funções, nas condições salariais, na jornada de trabalho, entre outros aspectos e diferenças que perpassam uma análise de gênero dentro da QSP e de forma mais geral no mundo do trabalho.

Notadamente, no caso das mulheres, a discriminação e as diferenças no mercado de trabalho incidem sobre os diferenciais salariais e na segregação ocupacional, os chamados “guetos” ocupacionais, como em Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Biblioteconomia e outras ocupações, como o trabalho doméstico (diarista ou mensalista), auxiliar administrativo, serviços de limpeza e conservação, etc. (BOLZAN, 2015).

Esses aspectos não são exclusivos do PNQ. Os dados sobre o Pronatec, a partir de 2011, também apontam para a manutenção da divisão sexual do trabalho,



para condições desiguais de acesso à qualificação profissional, bem como para outras desigualdades que incidem sobre o público alvo dessa política pública.

Analisando dados sobre a evasão dos estudantes de FIC Pronatec Brasil sem Miséria^x, Montagner e Muller (2015, p. 7) indicam que a evasão é maior entre estudantes mais velhos/as, “que estão há muito tempo longe dos bancos escolares”. Outros fatores que influenciam a evasão “são a precariedade do transporte público, que dificulta o cumprimento dos horários dos cursos, e a falta de informação mais qualificada sobre o teor dos cursos antes da confirmação da pré-matrícula” (GOMES, 2016, p. 25). Isso significa que as condições de acesso a serviços públicos básicos, como transporte, creche e informação, exemplificam as desigualdades estruturais que incidem sobre a classe trabalhadora e sobre o mito das “oportunidades iguais”, tão propagado na contemporaneidade.

Já para as mulheres, a dificuldade em ter com quem deixar os filhos, ou ter que cuidar de outras pessoas da família que necessitam de cuidados, é um dos principais motivos para o abandono do curso.

Esses elementos sinalizam as dificuldades, as desigualdades e as barreiras encontradas pela classe trabalhadora para o acesso à formação profissional, mostrando que esta modalidade educacional envolve elementos mais complexos que se misturam às condições de permanência no processo de formação e de acesso a serviços públicos, elementos estes que são diferentes para os diversos segmentos das classes trabalhadoras e, dentro dessa, para mulheres, para os mais pobres e para os jovens.

Analisando dados por gênero do Pronatec Bolsa-Formação em geral, Drabach (2018) aponta que as mulheres se concentraram nos eixos de Ambiente e Saúde; Gestão e Negócios e Produção Industrial, enquanto os homens estão concentrados nos eixos de Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação e Infraestrutura, indicando uma segmentação de gênero, com a permanência de mulheres em eixos voltados a cuidados, manutenção e educação, explicitando que a divisão sexual do trabalho perpetua-se nos processos de formação e nas “escolhas” por cursos ou áreas de formação. Nesse sentido, as ocupações/profissões feminizadas são vistas culturalmente como extensões das experiências domésticas



e de trabalhos já realizados pelas mulheres no âmbito privado. Ou seja, é a externalização de atividades com qualidades e atributos considerados femininos, que no mundo do trabalho se concretizam em profissões e/ou ocupações que auferem salários inferiores, que apresentam restritas oportunidades de ascensão profissional e que ocupam uma escala inferior na hierarquia das profissões (BOLZAN, 2015).

A “única instituição em que a concentração de homens foi maior que a de mulheres é o SENAI, o que expressa sua marca histórica como espaço de formação de mão de obra masculina”, indicando a concentração destes em áreas de “utilização de ferramentas pesadas e de tecnologias mais complexas” (DRABACH, 2018, p. 132).

As motivações citadas por estudantes para que cursem FIC são diversas. As mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar^{xi}, buscam o FIC Pronatec Brasil sem Miséria pela “necessidade de flexibilidade” desses cursos. Elas buscam “cursos mais tradicionais como salgadeiro, manicure, corte e costura, entre outros que lhes possibilitem autonomia, mesmo quando não possuem os equipamentos mínimos^{xii} para o exercício dessas ocupações”. Isto é, são mulheres em situação de pobreza, que “enfrentam mais dificuldades para concluir o curso em decorrência das atividades de cuidados familiares, em especial quando não têm redes de apoio por serem migrantes ou quando são chefes de famílias monoparentais” (MONTAGNER; MULLER, 2015, p. 11).

Nesse caso, a “autonomia” é revestida de sentido positivo para essas mulheres, em uma evidente inversão do que essa suposta autonomia realmente implica na inserção destas mulheres no mercado de trabalho. Essas ocupam as “franjas inferiores do CadÚnico” (renda familiar *per capita* abaixo de R\$140,00) e “em decorrência das responsabilidades familiares, abandonam mais facilmente os cursos, em especial se são chefes de famílias monoparentais” (GOMES, 2016, p. 23).

Sob o véu da “flexibilidade” e da “autonomia”, temos mais uma exemplificação da materialização da divisão sexual do trabalho, das representações sociais e culturais em torno do trabalho de mulheres, inseridas em ocupações marginais na



divisão social do trabalho, porém, agora ironicamente “qualificadas” pelos Planos/Programas de formação profissional, mas que, ao fundo, permanecem em ocupações localizadas majoritariamente no setor de serviços, pouco valorizadas, com baixa possibilidade de ascensão profissional, vinculadas à extensão dos papéis domésticos da mulher na sociedade e a valores associados ao feminino, reproduzindo uma concepção sexuada de exercício profissional (BOLZAN, 2015).

Esses dados indicam que a qualificação permeia inseparavelmente construções sociais desiguais que se materializam no mercado de trabalho em situações estruturais de discriminação social, isto é, valorizando ou subestimando habilidades e qualificações com base no gênero, na cor, na idade, etc. No caso das mulheres, por exemplo, habilidades como destreza manual, paciência e outros são consideradas/classificadas por empresas “como naturais e não como adquiridas” e socialmente construídas e reproduzidas (LEITE; POSTHUMA, 1996, p. 64).

Com base em tais aspectos, Kuenzer (2007, p. 1167) afirma que a noção de qualificação opera uma lógica ideológica perversa sobre a classe trabalhadora, lógica essa que “ora inclui, ora exclui os trabalhadores com diferentes qualificações” em uma complexa formação social para o trabalho. Nesse sentido, aparentemente incluem-se trabalhadores/as nos processos formativos, mas essa suposta inclusão é, em sua essência, excludente, tanto no acesso e na permanência no tipo de educação e formação voltada para as classes trabalhadoras, quanto nas possibilidades de que essa formação traga verdadeiramente mudanças nas condições de vida e de trabalho no sentido coletivo.

Nesse aspecto, a qualificação profissional não se refere somente à possibilidade de ter alguma renda ou trabalho com “autonomia” para usuários/as (mulheres, jovens, pardos/negros e pobres) dessa política, mas sobretudo, à perpetuação de uma dinâmica que visa submeter e adaptar esse público a uma racionalidade específica que “supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez” características da fase atual neoliberalizante (KUENZER, 2007, p. 1168).

A perpetuação dessa construção social alimenta outra: o entendimento de que a educação profissional, e nesse caso o PNQ e o Pronatec, é uma necessidade



permanente para uma classe, ou seja, uma indução direcionada aos valores do trabalho em sua fase neoliberal, cultuando nessas pessoas a disciplina necessária “para que não esmoreçam diante da difícil busca por emprego” (PEREIRA, 2015, p. 469) e da busca permanente por qualificações infundáveis.

Entendemos que essa lógica, que tem inspiração nas diretrizes dos organismos multilaterais (PEREIRA, 2015) e que vai de encontro aos valores e racionalidades do neoliberalismo para o mundo do trabalho, promove o que Mészáros (2014, p. 104) chama de “conformidade ideológica imposta” por diversos meios e instituições, visando eternizar uma “racionalização conformadora” da ordem estabelecida no metabolismo social.

4 CONCLUSÃO

Dentro do amplo e complexo conjunto de estudos sobre educação profissional, aqui abordamos de forma muito sucinta alguns dados do PNQ e do Pronatec com intuito de colaborar para o debate sobre essa modalidade de educação profissional e sua transversalidade com classe, gênero e raça. Entendemos que a educação profissional não é um ato isolado e pontual, ela é uma forma de transmissão e consolidação de conhecimentos, de construções sociais que perpassam a vida dos sujeitos e é indissociavelmente ligada à divisão sexual do trabalho.

A proposta de qualificação profissional apresentada e executada pelo PNQ e pelo Pronatec tem um direcionamento educacional, material e ideológico específico, isto é, é uma modalidade voltada a determinados segmentos das classes trabalhadoras, disseminada como qualificação profissional necessária e adequada para essa classe. Por isso, entendemos que esse padrão de qualificação é um projeto de educação para os pobres no Brasil, sobretudo para determinados segmentos das classes trabalhadoras, e sua tendência é de continuação, de renovação e ao mesmo tempo conservação, no sentido de renovar conservando esse padrão funcional e utilitarista.



Não à toa e não sem intencionalidade, algumas políticas, como a de educação profissional inicial e continuada e a de assistência social, têm como uma de suas importantes funções a de “ativar” trabalhadores para inserção no mercado de trabalho, conservando uma perspectiva moral sobre o trabalho e sobre a classe trabalhadora (PEREIRA, 2015, p. 464) e, assim, perpetuando esse padrão educacional naturalizado para esses segmentos. Nesse ponto, a educação profissional inicial e continuada cumpre duplamente (como política de educação e de trabalho) a função de “ativação para o mercado de trabalho” de trabalhadores, tornando-os minimamente qualificados/requalificados e “educados” para a lógica da adesão, para as regras do mercado na fase atual do modo de produção, embora esses aspectos não abarquem a totalidade das funções dessa política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (...) e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm >. Acesso em: 06 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Caderno 22. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007:** exercício 2007, ano base 2006. Brasília/DF: MTE, 2007. 104p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ, 2003-2007.** Brasília: MTE/SPPE, 2003. 56p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda:** Qualificação Social e Profissional. Livro, IV. São Paulo: DIEESE, 2008. 96 p.

DRABACH, Neila Pedrotti. **O “desvio de rota” nas políticas de Educação Profissional:** uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec. 2018. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018.



GOMES, Ana Valeska Amaral. **O que podemos dizer sobre o Pronatec?** Estudo Técnico da Consultoria Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. 38p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil**. In: _____. Brasil: o Estado de uma nação. Brasília/DF: IPEA, 2006. p. 395-446.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 63-76, 1996.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 284-313, 2011,.

MARINHO, Danilo Nolasco C.; BALESTRO, Moisés Villamil; WALTER, Maria Inez M. T. **Políticas Públicas de Emprego no Brasil: Avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego**. Brasília/DF: Ministério do Trabalho e Emprego e Universidade de Brasília, 2010. 350p.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014. 566p.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (orgs.). **Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa-Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos Nº 24 – “Desenvolvimento Social em Debate”. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), 2015. 180p.

MUSSE, Isabel; MACHADO, Ana Flavia. Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil. **Economia e sociedade**, Campinas/SP, v. 22, n. 1, p. 237-262, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Degradação do trabalho e políticas sociais “ativas” na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro. **Revista SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Universidade de Brasília. v. 17, n. 37, p. 455-480, 2015.



ⁱ O PNQ e o Pronatec não representam o universo da Política de Educação Profissional, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma que juntamente com estes existiram outros Planos/Programas, inclusive com similaridades.

ⁱⁱ Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS), vinculado ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Miracema/TO.

ⁱⁱⁱ Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

^{iv} O Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) é responsável por gerir os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). É uma instância tripartite deliberativa representada por empresários/patronato, Estado e trabalhadores.

^v O FAT representa a fonte financeira para a maioria dos Programas do SPETR, incluindo a qualificação profissional gerida pelo Ministério do Trabalho (IPEA, 2006).

^{vi} O SPETR é o “arcabouço institucional” formado por um conjunto de políticas públicas, ações, medidas, serviços e programas voltados para ofertar as políticas passiva (voltadas para compensação temporária de renda e outras medidas) e ativa (voltada para geração de emprego e renda, concessão de crédito produtivo, qualificação profissional e intermediação de mão de obra) de emprego, trabalho e renda (Resolução CODEFAT nº. 560 de 28/11/2007).

^{vii} A Portaria nº 646/97 regulamentou os Art. 39 a 42 da LDB, que tratam da Educação Profissional. A Lei nº 9.394/1996, Capítulo III (Da Educação Profissional), trouxe diretrizes gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, definindo os diferentes níveis de educação profissional e tecnológica.

^{viii} O banco de dados do SIGAE (posteriormente substituído pelo Sistema Mais Emprego) é de responsabilidade do MTE e é alimentado pelas instituições executoras do PNQ.

^{ix} A partir dos anos 1980/90 os Estados Unidos passaram a fazer uso da “estratégia de ativação” como “medida impositiva”, pautada na lógica de que as políticas sociais devem “evitar situações de dependência crônica dos pobres às provisões sociais estatais” (PEREIRA, 2015, p. 467, grifos do original). Essa concepção tornou-se a diretriz contemporânea para políticas sociais implementadas pela maioria dos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

^x Modalidade do Pronatec voltada para direcionar formação inicial e continuada para usuárias/os do programa de transferência de renda Brasil sem Miséria.

^{xi} O Pronatec Brasil Sem Miséria integrou três principais grupos de cursistas, sendo o primeiro composto por mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar; o segundo composto por jovens com escolaridade média, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e o terceiro composto por homens mais velhos, com baixa escolaridade e com inserção informal no mercado de trabalho (GOMES, 2016).

^{xii} Alguns cursos, como o de corte e costura do Senac, oferecem kits com equipamentos que após o curso passam a pertencer aos estudantes. Outros, como de garçom/garçonete, oferecem roupa e outros materiais (MONTAGNER; MULLER, 2015), o que pode ser um incentivo para os/as mais pobres ingressarem em tais cursos e tenham material mínimo para iniciar as atividades.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

